



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº: 042 /2021

07ª SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL EM: 26.02.2021

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3864/2017 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2017.04030

RECORRENTE: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (G.H.FREIRE ME)

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO

RELATOR DESIGNADO: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

**EMENTA: ICMS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO
ACESSÓRIA – FALTA DE ESCRITURAÇÃO NF-e na EFD.**

Contribuinte foi acusado de deixar de escriturar no Livro Registro de Entradas Notas Fiscais Eletrônicas, no exercício de 2012 e 2014. A infração foi detectada através da análise dos arquivos (notas fiscais eletrônicas emitidas para o contribuinte) em confronto com Escrituração Fiscal Digital – EFD. Auto de Infração julgado **PARCIAL PROCEDENTE** face a redução da multa com aplicada da penalidade inserta do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, e por infringência aos artigos 269, 276-A § 3º, 276-E, 276-F e 276-G, inciso I, do Decreto nº 24.569/97. Recurso Ordinário conhecido e provido em parte. Decisão por maioria de votos e contrário a manifestação do representante da PGE.

PALAVRAS-CHAVE: FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NF-E DE ENTRADAS NA EFD – APLICAÇÃO DA PENALIDADE PREVISTA NO ART. 123, VIII, “L” DA LEI 12.670/96.

01 – RELATÓRIO

Versam os autos de lançamento tributário confeccionado em face de o sujeito passivo ter cometido a infração, assim relatada:

“DEIXAR DE ESCRITURAR, NO LIVRO FISCAL PRÓPRIO PARA REGISTRO DE ENTRADAS, DOCUMENTO FISCAL RELATIVO A OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO TAMBÉM NÃO LANÇADA NA CONTABILIDADE DO INFRATOR. APÓS ANÁLISE DOS DADOS LABORATORIAIS E EFETUANDO OS DEVIDOS CRUZAMENTOS, CONSTATAMOS A FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO LIVRO DE ENTRDAS (SPED) DE NOTAS TRIBUTADAS.”

Apontado como violado o artigo 269 do Decreto nº 24.569/97, com a sanção prevista no artigo 123, inciso III, alínea “g” da Lei 12.670/96, alterada pela Lei n. 16.258/17.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

Demonstrativo do Crédito
Tributário(R\$)

| | |
|-----------------|--------------|
| Base de Cálculo | 0,00 |
| Multa | 1.191.437,77 |
| TOTAL | 1.191.437,77 |

Constam no caderno processual os seguintes documentos: "Mandado de Ação Fiscal nº. 2016.17021, Termo de Início de Fiscalização nº 2016.18731; Cópia do comprovante de envio do EDITAL; Termo de Conclusão de Fiscalização nº. 2017.03440; CD com dados das NFe não escrituradas com protocolo de autenticação.

A empresa inconformada com a lavratura do auto de infração apresenta impugnação argumentando o seguinte, em síntese:

- ✓ Inicialmente requer a nulidade da citação, pelo fato de não ter sido pessoal.
- ✓ Alega cerceamento do direito de defesa por falta da base de cálculo, bem como da ausência da indicação dos dispositivos infringidos;
- ✓ Do caráter confiscatório da multa. Que a cobrança da multa foge dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- ✓ Aduz que a jurisprudência do Conselho de Recursos Tributários tem entendido pela aplicação da penalidade inserta no art. 123, VIII, L da Lei nº 12.670/96 alterada pela Lei nº 16.258/2017;
- ✓ Entende como incontroverso o valor nominal de R\$ 16.565,78 (Dezesseis mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) Advogado reitera pedido para efetuar o pagamento do valor indicado como incontroverso.

Na Instância singular o Auto de Infração foi julgado procedente com a seguinte ementa:

EMENTA: ICMS – DEIXOU DE ESCRITURAR NO LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS. O livro Registro de Entradas destina-se à escrituração dos documentos fiscais relativos a entradas de mercadorias ou bem e as aquisições de serviços de transportes e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento. Caracterizada a infração. LEI MAIS BENIGNA. Auto de Infração PARCIALMENTE PROCEDENTE em decorrência da redução da multa face de lei mais benigna. Fundamento legal: Art. 269 do Decreto nº 24.569/97. Art. 106 do CTN. PENALIDADE inserta no art. 123, III, alínea "g" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

*16.258/2017. DEFESA TEMPESTIVA. VEDAÇÃO AO REEXAME NECESSÁRIO
em observância ao Art. 2º do Provimento 002/2017 do CRT.*

Insatisfeita com a decisão singular que pugnou pela procedência da acusação fiscal a empresa interpõe recurso ordinário argumentando o seguinte:

1. Alega que o valor alocado pelas notificações e as multas impostas, são reveladoras da integral incapacidade de pagamento, quer pelo patrimônio empresarial, quer pelo patrimônio pessoal, enfatizando a prática, vedada pela Constituição Federal, de ofensa aos direitos dos contribuintes;
2. Pede a diminuição da multa aplicada para o patamar de 1%, levando em consideração os fatores empresariais do contribuinte;
3. Que a referida infração pode ser enquadrada também no dispositivo previsto o art. 123, VIII, "L", por ser medida mais benéfica ao contribuinte, consoante prevê o art. 106, II, "c" do CTN.
4. Ao final requer:
Que o auto de infração seja julgado parcial procedente sendo aplicado multa de 1%;
Ou, que seja aplicada penalidade do art. 123, VIII, "L" da Lei 12.670/96 e a confirmação da quitação do crédito tributário.

O Parecer nº 281/2020, da Assessoria Processual Tributária, sugere o conhecimento do Recurso Ordinário, nega-lhe provimento, para que seja confirmada a Parcial Procedência do Auto e Infração, nos termos do Julgamento Singular.

É o breve relatório.

02 – VOTO DO RELATOR

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pela empresa FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (G. H. FREIRE ME) em virtude da decisão de parcial procedência da acusação fiscal em primeira instância.

No caso em questão a empresa foi acusada de falta de escrituração de notas fiscais de entradas dos exercícios de 2012, 2013 e 2014. O ilícito foi detectado através da análise dos arquivos (notas fiscais eletrônicas emitidas para o contribuinte) em confronto com Escrituração Fiscal Digital – EFD enviadas à SEFAZ.

No Recurso Ordinário interposto a recorrente alega inicialmente a incapacidade da empresa de efetuar o pagamento da multa, seja pelo patrimônio empresarial, seja pelo patrimônio pessoal do sócios, sendo o valor cobrado uma ofensa aos direitos constitucionais do contribuinte.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

No tocante a esse argumento esclarecemos que atividade de lançamento do crédito tributário é plenamente vinculada, não restando margem alguma de discricionariedade ao agente fiscal, que tem o dever de cobrar o tributo apurado, sob pena de responsabilidade funcional.

Portanto, uma vez constatada a infringência a norma legal, há de ser aplicada a penalidade descrita na lei para conduta infringida, independentemente da situação patrimonial da empresa.

No mais, não cabe a esse tribunal administrativo, afastar aplicação de norma vigente sob argumento de inconstitucionalidade, conforme determina o art. 48, § 2º da Lei nº 15.614/2014, *in verbis*:

Art. 48 (...)

§ 2º Não se inclui na competência da autoridade julgadora afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, ressalvada a hipótese em que tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, observado:

I – em Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Declaratória de Constitucionalidade, após a publicação da decisão;

II – em Ação Direta de Inconstitucionalidade, por via incidental, após a publicação da resolução que suspender a execução do ato, pelo Senado Federal;

III – em Súmula Vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-A da Constituição Federal.

Portanto, no mérito dúvidas não existem de que efetivamente a recorrente deixou de escriturar no Livro de Registro de Entradas de Mercadorias, as notas fiscais de entradas relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, procedimento em desacordo com comando normativo contido nos arts. 269, §§ 1º, 2º e 3º, 276-A, 276-G, inciso I do RICMS/CE, que assim determinam:

Art. 269. O livro Registro de Entradas, modelos 1 ou 1-A, Anexos XXXI e XXXII, destina-se à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento.

§ 1º Serão também escriturados os documentos fiscais relativos às aquisições de mercadorias que não transitarem pelo estabelecimento adquirente, bem como os pertinentes aos serviços utilizados nessas operações.

§ 2º Os lançamentos serão feitos separadamente para cada operação ou prestação, obedecendo à ordem cronológica das entradas efetivas no estabelecimento ou da utilização dos serviços, ou, na hipótese do parágrafo anterior, da data da aquisição ou do desembaraço aduaneiro.

§ 3º Os registros serão feitos documento por documento, sendo desdobrados em tantas linhas quantas forem as naturezas das operações ou prestações, segundo o CFOP, nas colunas próprias, da seguinte forma:

Art. 276-A. Os contribuintes do ICMS ficam obrigados à Escrituração Fiscal Digital (EFD) nos termos e nos prazos estabelecidos nesta Seção.

Art. 276-G. A escrituração prevista nesta Seção substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

I - Registro de Entradas;

No tocante a penalidade, somos favorável ao reenquadramento para sanção prevista no artigo 123, VIII, "L", da Lei n 12.670/96, considerando ser a mais adequada para o presente caso, senão vejamos:

VIII – Outras Faltas

l) omitir informações em arquivos eletrônicos ou nestes informar dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais: multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor das operações ou prestações omitidas ou informadas incorretamente, limitada a 1.000 (mil) UFIRCEs por período de apuração; (grifo nosso)



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

Ante ao exposto, VOTO pelo conhecimento do recurso ordinário, dar-lhe parcial provimento, julgando Parcialmente Procedente o presente feito fiscal, nos termos da presente resolução e em desacordo com a manifestação oral em sessão do representante da douta PGE.

É como Voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| PERÍODO DE APURAÇÃO | Valor das Operações de Saídas | MULTA 2% | Limite em UFIRCE 2,8360 x 1.000 |
|---------------------|-------------------------------|-----------|------------------------------------|
| Jul/2012 | 184.307,76 | 3.686,15 | 2.836,00 |
| Ago/2012 | 467.562,65 | 9.351,25 | 2.836,00 |
| Set/2012 | 290.721,09 | 5.814,42 | 2.836,00 |
| Out/2012 | 237.825,14 | 4.756,50 | 2.836,00 |
| Nov/2012 | 522.709,71 | 10.454,19 | 2.836,00 |
| Dez/2014 | 251.760,02 | 5.035,20 | 2.836,00 |
| Total | 1.954.886,37 | 39.097,71 | 17.016,00 |
| PERÍODO DE APURAÇÃO | Valor das Operações de Saídas | MULTA 2% | Limite em UFIRCE 3,0407 x 1.000 |
| Jan/2013 | 387.723,64 | 7.754,47 | 3.040,70 |
| Fev/2013 | 170.790,45 | 3.415,80 | 3.040,70 |
| Mar/2013 | 73.649,52 | 1.472,99 | 1.472,99 |
| Abr/2013 | 223.726,84 | 4.474,53 | 3.040,70 |
| Mai/2013 | 90.456,36 | 1.809,12 | 1.809,12 |
| Jun/2013 | 118.279,72 | 2.365,59 | 2.365,59 |
| Jul/2013 | 185.574,97 | 3.711,49 | 3.040,70 |
| Ago/2013 | 378.826,49 | 7.576,52 | 3.040,70 |
| Set/2013 | 287.508,66 | 5.750,17 | 3.040,70 |
| Out/2013 | 78.289,62 | 1.565,79 | 1.565,79 |
| Nov/2013 | 156.490,54 | 3.129,81 | 3.040,70 |
| Dez/2013 | 154.905,20 | 3.098,10 | 3.040,70 |
| Total | 2.306.222,01 | 46.124,38 | 31.539,09 |



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

| PERÍODO DE APURAÇÃO | Valor das Operações de Saídas | MULTA 2% | Limite em UFIRCE 3,2075 x 1.000 |
|---------------------|-------------------------------|----------|------------------------------------|
| Jan/2014 | 229.497,48 | 4.589,94 | 3.207,50 |
| Fev/2014 | 145.909,30 | 2.918,18 | 2.918,18 |
| Mar/2014 | 16.732,12 | 334,64 | 334,64 |
| Abr/2014 | 15.977,26 | 319,54 | 319,54 |
| Mai/2014 | 10.798,83 | 215,97 | 215,97 |
| Jun/2014 | 61.257,95 | 1.225,15 | 1.225,15 |
| Jul/2014 | 1.525,06 | 30,5 | 30,50 |
| Ago/2014 | 0,00 | | 0,00 |
| Set/2014 | 8.388,26 | 167,76 | 167,76 |
| Total | 490.086,26 | 9.801,68 | 8.419,24 |

PERÍODO - 07/2012 A 12/2012 – R\$ 17.016,00

PERÍODO - 01/2013 A 12/2013 – R\$ 31.539,09

PERÍODO - 01/2014 A 09/2014 – R\$ 8.419,24

VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO R\$ 56.974,33

03 – DECISÃO

Processo de Recurso Nº 1/3864/2017 – Auto de Infração nº 1/201704030.
RECORRENTE: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por maioria de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão proferida pela 1ª Instância, que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente acusação fiscal. No entanto, com fundamento diverso do adotado no julgamento singular, em razão do reenquadramento da penalidade para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que fica designado para elaborar a resolução, mas em parte com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se pronunciou pela parcial procedência com a aplicação do art. 123, III, “g”, da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 16.258/2017. Foi voto vencido o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto (Relatora) que consignou o voto ao entendimento da douta Procuradoria Geral do Estado.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 3ª Câmara de Julgamento

SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE
RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, 28 de Abril de 2021.

Assinado de forma digital por ALEXANDRE MENDES DE SOUSA 21177066300
CN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Financial, ou=0230354000194, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=sem-branco,
ou=ALEXANDRE MENDES DE SOUSA 21177066300
C=br, CN=ALEXANDRE MENDES DE SOUSA 21177066300

ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

RELATOR

Assinado de forma digital por

FRANCISCO WELLINGTON AVILA

PEREIRA

Dados: 2021.04.22 10:19:47 -03'00'

FRANCISCO WELLINGTON ÁVILA PEREIRA
PRESIDENTE

ANDRÉ GUSTAVO CARREIRO PEREIRA
PROCURADOR DO ESTADO